

Remoção da Vila União de Curicica: violações do direito à moradia em tempos de megaeventos

Expropriation of Vila União de Curicica: violation of housing rights during times of mega-events

Igor Lacerda¹
Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque²

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar e analisar as memórias das violações ao direito à moradia no *Dossiê sobre as violações ao direito à moradia na Vila da União de Curicica*. Esse documento foi produzido pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2014, e divulgado em 2015 – num período de preparação da cidade para os megaeventos. O propósito é entender esse cenário de transformação da cidade e como as mudanças modificaram a vida de seus moradores, com foco nos mais pobres. Como metodologia, foi usada a análise de narrativas, segundo Ricoeur (1994). Autoras como Sánchez (2013), Fortuna (2016) e Jaguaribe (2011) são usadas para compreender melhor esse processo de remodelação do Rio de Janeiro para receber os megaeventos. No fim, percebemos que o dossiê trouxe memórias que tiveram pouca visibilidade nos grandes meios de comunicação. Foram silenciadas, num momento em que a cidade estava fazendo a gestão se sua marca a fim de atrair novos megaeventos, marcas e investimentos.

Palavras-chaves: Vila União de Curicica; Jogos Olímpicos; Memórias; Remoções; Rio de Janeiro.

Abstract

The purpose of this article is to identify and analyze the memories of violations of housing rights in the “*Dossiê sobre as violações ao direito à moradia na Vila da União de Curicica*”. This document was produced by the Popular Committee of the World Cup and Olympic Games in Rio de Janeiro in 2014, and released in 2015, during the time the city was undergoing organization for the mega-events. The aim is to understand this scenario of transformation of the city and how the changes have modified the lives of its residents, focusing on the poorest. A narrative analysis methodology was used, according to Ricoeur (1994). Authors such as Sánchez (2013), Fortuna (2016) and Jaguaribe (2011) are used to better understand this remodeling process of Rio de Janeiro in order to receive the mega-events. Finally, we realized that the dossier registered memories that had little visibility in the mainstream media. They were silenced at a time when the city was managing its brand in order to attract new mega-events, brands and investment.

Keywords: Key words: Vila União de Curicica; Olympic games; Memories; Expropriation; Rio de Janeiro.

¹Mestrando em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Bolsista Capes), pesquisador no Laboratório de Comunicação, Cidade e Consumo (Lacon - UERJ) e graduado em Comunicação Social. • E-mail: igorlacerdasa@gmail.com

²Especialista em Saúde Pública e graduado em medicina pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).
• E-mail: caduahroque@gmail.com

Introdução

A comunidade Vila União de Curicica está localizada na região de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro – é um território com áreas ricas, mas também cercado por favelas. Por ser um bairro amplo, com muitos espaços disponíveis para construções, começaram a surgir hotéis e condomínios para atender aos megaeventos como Copa do Mundo (2014) e Olimpíada (2016), também recebeu o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas. A Vila União de Curicica estava no meio dessa região em “ascensão” e seria removida para a construção do sistema BRT (*bus rapid transit*), que ligaria a Barra da Tijuca a Deodoro. Localizado na Zona Norte, o bairro denominado Deodoro recebeu um estádio temporário durante os jogos.

Com base nos estudos de Contrera e Moro (2008) e Bovey (2009), consideramos o impacto na mídia como a principal característica dos megaeventos contemporâneos, já que eles não se restringem aos dias de programação, pois eles começam antes do início e terminam após seu encerramento. Os megaeventos são temporários, mas alteram os arranjos da cidade: os transportes, a segurança, as acomodações, o comércio local, o trânsito e a imagem da cidade se modificam para recebê-los.

Contrera e Moro (2008) esclarecem que os eventos assumiram o formato “mega”, porque o homem urbano dos dias atuais está *on-line* por muitas horas, além de também receber estímulos publicitários *off-line*, então, os eventos precisam se adaptar para atender a esses novos anseios. Essa denominação “mega” também é bastante utilizada como recurso publicitário a fim de atrair um público determinado para esse contexto de concentração de pessoas diferentes em um mesmo espaço. Bovey (2009) não analisa os megaeventos por seu número de participantes, nem ao seu impacto midiático, mas sim as transformações que exigem às cidades que os recebem. Para o autor, os megaeventos são temporários, normalmente, com duração de dois ou seis meses, que exigem das sedes modificações em sua logística, bem como a criação de estruturas efêmeras que precisam ser feitas dentro de um prazo determinado, sem possibilidade de prorrogação.

O presente trabalho tem o objetivo de identificar e analisar as memórias das violações ao direito à moradia na sede de megaeventos, registradas por moradores e ativistas, no *Dossiê sobre as violações ao direito à moradia na Vila da União de Curicica*, produzido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Esse documento foi produzido em 2014, e divulgado em 2015 – em um período de preparação da cidade para os eventos esportivos. O propósito deste estudo é entender melhor esse cenário de transformação da cidade para os megaeventos, em que as memórias tidas como positivas ganham cada vez mais destaque; e as memórias entendidas como negativas são silenciadas, como as manifestações populares e as remoções. O Comitê Popular, grupo que se apresenta como heterogêneo, articulou-se nas ruas e nas redes para trazer à memória outros temas que não tiveram tanto espaço nos grandes meios de comunicação: especulação imobiliária, gentrificação e remoções.

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro foi escolhido para compor este estudo justamente

por contar com um conjunto de lideranças populares heterogêneas que se uniram, desde 2010, para criar formas de repensar esse modelo de política urbana que vinha sendo implantado no Rio de Janeiro. O principal objetivo dessas organizações é mobilizar os moradores da cidade para cobrar o estabelecimento de um processo mais democrático, que garanta o diálogo com a população sobre os investimentos e os legados dos jogos. Assim, as memórias difundidas pelo Comitê Popular revelam a percepção de uma ampla rede de organizações, movimentos sociais, sindicatos, iniciativas do terceiro setor, instituições acadêmicas, lideranças populares e pessoas atingidas pelos planejamentos urbanos.

Esses grupos diversos se uniram para fortalecer suas lutas sociais, utilizando plenárias quinzenais, cursos de formação de lideranças populares, produção de jornais e revistas, divulgação de denúncias e realização de atos públicos para disseminar suas ideias e atrair novos membros. Eles não ficaram restritos aos espaços físicos, esses grupos também utilizaram canais como o *Facebook*, *Site*, *Twitter* e *Youtube* para dialogar com o público e divulgar seus materiais informativos às pessoas que não os conheciam.

Para identificar as memórias contidas no dossiê, foi utilizada a análise de narrativas, seguindo a ideia de tríplice mimeses de Ricoeur (1994). Para problematizar possíveis conflitos entre a memória oficial e a memória subterrânea, recorreu-se a Pollak (1989). Autoras como Sánchez (2013), Fortuna (2016) e Jaguaribe (2011) são usadas para compreender melhor esse processo de remodelação do Rio de Janeiro para receber os eventos e os interesses contidos nesses projetos.

Análise de Narrativa

Para aprofundar as explorações das narrativas do dossiê e analisar os sentidos atribuídos à questão das remoções durante a preparação da cidade para os megaeventos, recorremos à tríplice mimese (s) de Ricoeur (1994). Buscamos conceituar a mimese I, mimese II e mimese III a fim de articular aquilo que o autor entende como arco hermenêutico – o processo interpretativo da tríplice mimese.

Para o autor, mimese I é o mundo prefigurado, que seria o mundo social com os seus momentos de estabilidade e conflito; um modelo da representação do real, uma pressuposição da realidade, aquilo que o narrador e o leitor entenderiam como realidade.

A mimese I, o mundo prefigurado, apresenta as seguintes dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A dimensão estrutural corresponde às formas das narrativas, àquelas mais utilizadas em uma determinada sociedade; seriam os códigos e as normas usadas para produzir o que seria tido como uma boa narrativa. A dimensão simbólica condiz com as crenças, valores, mitos, questões éticas e morais contidos nessas narrativas, ou seja, as manifestações basilares da cultura. A dimensão temporal remete às possibilidades da temporalidade portadora, uma temporalidade que pode ser cronológica ou de outra natureza.

A mimese II é o ato de tecer a intriga, que é composta enquanto se narra. A tessitura da intriga seria mediadora entre o mundo que precede a narrativa, isto

é, o mundo prefigurado, aquilo que o narrador e o seu leitor entenderiam como real; e o mundo que vem após a circulação dessa narrativa é o mundo (re) figurado. Em outras palavras, ao escrever uma narrativa, o jornalista dá um novo sentido ao mundo, mas não só: ele possibilita, por meio de sua própria narrativa, o surgimento de novos sentidos. Esse seria o papel da mimese II: ligar, por intermédio da produção de uma narrativa, o mundo prefigurado ao (re) figurado. Ela tem a função de configuração, como esclarece Ricoeur.

Em mimese III, o leitor é convidado a participar da trama, podendo se tornar parte integrante na produção de sentido, mas não de forma passiva, pelo contrário: o leitor exerce o papel de (re) figuração – apropriações e (re) apropriações feitas por um leitor que tem suas próprias visões de mundo.

O fim da narrativa é também o início. O fim é o (re) começo. Esse processo pode passar a ideia de circularidade, mas Ricoeur (1994) explica que esse processo deve ser espiralado – mimese III volta a ser mimese I de uma forma reinventada e, assim, a história é transformada.

Megaeventos: memórias em disputa

As cidades pulsam. Sensíveis, as cidades comunicam afetos, sentimentos e emoções que delas nascem. Também são palcos de conflitos, negociações e infinitos processos de comunicação. Elas são ambientes de consumo e para consumo. As cidades são, por excelência, campos de análise da comunicação por serem espaços permanentes de expressões de todas as ordens. São mídias, personagens, roteiros e cenários, além de centros produtores de cultura. Ao mesmo tempo, algumas autoridades públicas veem as cidades como mercadorias, obrigando-as a se submeterem a embalagens contemporâneas de produto ou a se comportarem como empresas (FREITAS, 2017, p. 50)

O Rio de Janeiro, assim como outras cidades, recebeu megaeventos internacionais e os utilizou como suporte para remodelar o espaço urbano em um curto período de tempo e utilizar essas transformações para qualificar sua marca em um competitivo mercado, onde outras metrópoles também estavam buscando novos investimentos, consumo e negócios de todo o tipo. Com isso, entraram em cena os profissionais de marketing, operando a estratégia de *city branding* para fortalecer os lugares, e suas marcas, por meio de sua identidade e vocação a fim de promover e mercantilizar a cidade (SÁNCHEZ, 2013).

Jaguaripe (2011) esclarece que essa gestão da marca Rio foi feita não só pelos governos estadual e municipal, mas também por empresários, urbanistas e empresas de comunicação. E em relação ao jornalismo, Fortuna (2016) explica que a mídia, aliada a um discurso institucional, contribuiu com o *branding* ao ressaltar as memórias de “cidade global”, “maravilhosa” e com “vocação para receber megaeventos”, silenciando processos de gentrificação e violações de direitos ocorridos durante a reconfiguração da cidade.

Entendemos, assim, que o *city branding* é um trabalho de *enquadramento da memória*, no qual

atributos entendidos como positivos são lembrados e, aqueles atributos tidos como negativos são silenciados. Enquadramento da memória é um termo que vem de Pollak (1989). O autor elucida que a constituição da memória é um processo completo e conflituoso que envolve atores profissionais que a enquadram conforme seus próprios interesses.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser sem dúvida interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas [...] Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história, das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão (POLLAK, 1989, p. 9-10)

Para Pollak (1989), podem existir confrontos entre as memórias oficiais – aquelas que selecionam e ordenam os acontecimentos, contendo estrategicamente (de acordo com os interesses vigentes) zonas de sombra, silêncios e esquecimentos – e as memórias subterrâneas – ligadas a grupos étnicos e políticos, por exemplo, que transmitem e conservam lembranças reprimidas ou ignoradas pelos idealizadores de uma memória oficial. O jornalismo, coligado a uma narrativa organizacional dos governos, tende a criar memórias oficiais que entrarão em embate com as memórias subterrâneas, como as criadas pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas.

Em momentos de crise, as disputas em torno de uma determinada memória podem trazer à tona memórias subterrâneas que estavam esquecidas ou silenciadas, como adverte o autor. Dessa maneira, por mais que as narrativas governamentais e comunicacionais estivessem se esforçando para enquadrar memórias do “Rio Olímpico”, empenhando-se para silenciar temas caros a alguns grupos na tentativa fazê-los esquecer, as pessoas possuíam fortes experiências com a cidade, impossíveis de apagar ou domesticar. Essas lembranças ganharam visibilidade nas ruas e nas redes em um momento de crise desse projeto que se propunha a investir em uma imagem de cidade global, apta a receber megaeventos, que trazia os encantos do Rio de Janeiro à memória e calava seus assombros.

Análise do dossiê

A moradia adequada é um direito e é importante para todos os indivíduos, famílias e comunidades. A moradia e as questões ligadas a esse tema são caras a toda a sociedade, por isso estão no centro de tantos debates. Por outro lado, apesar da evidência e relevância da temática, muitas pessoas ainda vivem em condições inadequadas de moradia. As causas desses problemas são muitas, incluindo não somente a extrema pobreza, mas também: a falta de moradia social, a especulação de um mercado imobiliário, as migrações urbanas e os deslocamentos forçados causados por conflitos, desastres e outros, como explica Rolnik (2009).

O dossiê começa a explicar essas condições inadequadas de moradia através da história da comunidade da Vila União de Curicica, que existe há mais de 30 anos. Os primeiros moradores chegaram por volta de 1982 e 1983, instalando-se em “barracos de lona”.

Aos poucos, foram surgindo as casas de alvenaria, as ruas e as benfeitorias, frutos da luta de seus habitantes. Na época da produção do documento, mesmo com algumas precariedades, a comunidade estava consolidada: ela tinha aproximadamente 880 casas. Uma parte dessas residências ainda estava em situação precária, as próximas ao rio que corta o local, Rio Pavuninha; e a outra parte dessas residências era de alvenaria, em bom estado de conservação, em tamanho médio, e abrigava com conforto seus donos. Muitas casas também eram utilizadas como local de trabalho, comum nessas localidades, possibilitando as atividades econômicas e a sobrevivência de seus moradores.

O documento narra a história de alguns moradores que utilizam suas casas como local de trabalho, como é o caso de Daniel Ferreira Campos. Ele morava em uma casa na beira do Rio Pavuninha e tinha uma pequena confecção, empregando vinte outros trabalhadores. Por causa das obras realizadas pela prefeitura na Vila da União, o rio começou a encher, obrigando o empresário a mudar seu endereço comercial e a reduzir seu grupo de empregados para oito. Vale ressaltar que, antes dessas obras, o rio era contido por trabalhos realizados pelos próprios moradores da comunidade. Situação semelhante foi vivenciada por José Paulo Barcelos, outro morador da mesma rua. Ele tinha uma oficina mecânica funcionando em sua garagem. Por causa das obras realizadas pela prefeitura, perdeu sua garagem e precisou alugar um imóvel – realizando, dada à nova realidade, somente pequenos serviços em automóveis.

Como indenização, a prefeitura passou a oferecer um apartamento no conjunto habitacional “Minha Casa Minha Vida” (tal programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com rendimento salarial de até três salários mínimos) da Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, situado próximo à comunidade. Mas as casas desse conjunto eram de 42 m², o que para alguns moradores era uma significativa redução no tamanho de suas residências. Além disso, impossibilitava a continuação de suas atividades profissionais, quando elas eram exercidas no local de moradia. Sobre um dos moradores, José Paulo Barcelos, no dossiê sobre as violações ao direito à moradia na Vila União de Curicica, consta o seguinte relato: “morando numa casa de 90 m² e com sua filha residindo em cima, em outra casa de 90 m², ele teme ir para uma moradia do programa “Minha Casa Minha Vida” que tem apenas 42 m² e que não prevê a manutenção do seu pequeno empreendimento econômico”.

Os conjuntos habitacionais, denominados “Minha Casa Minha Vida”, não atendem à população removida. Em não raros casos, os conjuntos estão localizados em áreas periféricas da cidade, em partes que possuem precária cobertura dos serviços públicos, e distante da infraestrutura de cultura e lazer que a cidade estava consumindo para os grandes eventos esportivos. Cabe ressaltar que a precarização dos serviços públicos pode ser agravada pelo recebimento de grande número de pessoas, sem a melhora e a ampliação desses serviços.

O dossiê evidenciou a falta de informações sobre o que vai acontecer com a comunidade, sobre seu futuro. Apesar das obras terem iniciado, como foi dito, os moradores

não receberam documentos oficiais, explicando seus direitos, as soluções para os desalojamentos e a garantia de uma nova moradia. Os funcionários da prefeitura que trabalhavam na Vila União, ainda nos momentos iniciais, também não tinham respostas para as questões trazidas pelos moradores.

São diversas comunidades ameaçadas, vivendo situações de incertezas, falta de informação, e verdadeiro terrorismo psicológico promovido pela prefeitura, como estratégia para viabilizar as remoções. Projetos não são apresentados, as famílias não têm acesso a informações oficiais, nem mesmo quando o trator já está na porta de sua casa pressionando pela saída. São casos dramáticos, em que a prefeitura tenta vencer os moradores pelo cansaço, pela propagação de mentiras, e pela negação inclusive do direito à defesa (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, p. 09)

O documento analisado trouxe a história de Rita Ferreira de Almeida, 80 anos, moradora da Vila União. Sua história foi abordada por ser exemplo da insegurança e falta de informação que acomete essas pessoas. A falta de instrução começou desde o início, com a visita dos funcionários da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Esses funcionários foram à casa de Rita para medir a sua residência, dizendo que seria oferecida uma nova, em outro lugar, no mesmo padrão. No entanto, foi oferecida uma casa no conjunto “Minha Casa Minha Vida”. Rita foi visitar a nova residência e se espantou com o tamanho, em especial da cozinha, que é muito pequena. A narrativa explica que, segundo Rita, ela foi chamada para negociar com a subprefeitura, mas durante a negociação: “ela disse que queria indenização pela sua casa. Mas o funcionário teria dito que ‘isso é bobagem’, porque se ela optasse pela indenização ela só receberia R\$ 30 mil, enquanto que o apartamento do Programa “Minha Casa Minha Vida” valeria 180 mil” (2015, p.12).

Segundo Soares (2013), os projetos de preparação da cidade para os megaeventos tinham a intenção de “valorizar” ou “revalorizar” espaços percebidos como degradados. As obras previstas por esses planos de “revitalização” geraram a remoção e o deslocamento de indivíduos menos favorecidos para locais mais afastados ou, ainda, valorizaram seus bairros, tornando-os mais caros e impossibilitando a permanência daqueles que não tinham condições de manter o padrão de vida. As pessoas que saíram de seus locais de moradia foram impossibilitadas de continuar mantendo sua identidade e os laços de solidariedade construídos durante o tempo de convivência com vizinhos e amigos.

A história de Rita Ferreira de Almeida trouxe, ainda, uma outra questão: as pessoas removidas estavam sendo afastadas de uma rede horizontal de afetos construída durante o tempo. Isso pôde ser visto em partes do Dossiê sobre as violações ao direito à moradia na Vila União de Curicica – “morando sozinha, ela conta com os vizinhos para tudo: ‘hoje, aqui é uma família, quando eu vim pra cá era só mato” (2015, p. 12) ou “insegura e sem informações sobre o seu futuro, D. Rita não quer sair de onde mora porque, como diz, ‘minha família está aqui, a gente bebe juntos, chora juntos e ri juntos’ (2015, p. 12).

Rita contou que sua casa é fruto de muita luta e investimento, mesmo o dinheiro sendo pouco. Depois de saber que seria removida para a Colônia Juliano Moreira, Rita falou que passou noites sem dormir e que não entrou em depressão porque lutou muito, além de ter contado com a ajuda de vizinhos. Inclusive, essa falta de diálogo entre o poder público e as pessoas afetadas, além de uma possível falta de planejamento dessas obras, pode ter gerado uma “pressão psicológica” nos moradores da Vila União – o que pode ter contribuído para o enfraquecimento de algumas ações de resistência, as mobilizações populares.

Fica claro que o projeto de atração de investimentos tão propagandeado pelo poder público municipal e estadual com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 tem como um componente importante a expulsão dos pobres das áreas valorizadas, como os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio, ou que serão contempladas com investimentos públicos, como os bairros de Vargem Grande, Jacarepaguá, Curicica, Centro e Maracanã. Nesses bairros, áreas de expansão do capital imobiliário, a Prefeitura Municipal atua como uma máquina de destruição de casas populares. A maioria das remoções está, portanto, localizada em áreas de extrema valorização imobiliária (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015, p. 09-10)

Considerações finais

As cidades são eróticas. Elas nos aliciam com seus corpos em movimento, suas edificações sedutoras e seus enigmas. Corpos operários, atléticos ou, simplesmente, seguros de si. Lascivas, as cidades nos convidam a penetrá-las ao mesmo tempo que somos possuídos por elas. Seus jardins, bares, praças e restaurantes entremeiam nossos roteiros, influenciando-nos com as mais variadas comunicações, seja sobre suas violências seja sobre suas festas. Os corpos percorrem anonimamente o território metropolitano ao lado de outros que exibem seus pertencer por meio de tatuagens, estilos de vestir e adornos tecnológicos. Em ambos os casos, eles deixam marcas na cidade e carregam novas significações para suas vidas. Nossos corpos vestem as cidades (FREITAS, 2017, p. 50)

Este trabalho se propôs a identificar e analisar as memórias das questões de moradia no *Dossiê sobre as violações ao direito à moradia na Vila União de Curicica*. Seu

objetivo foi entender melhor esse contexto de modificação da cidade, e como ele afetou a vida de seus moradores – especialmente os mais pobres, habitantes de favelas.

Os megaeventos ressaltaram um problema antigo no Rio de Janeiro: a remoção dos pobres das áreas centrais para outros locais, mais afastados da cidade. Os representantes políticos, com seu interesse de fazer o *branding urbano* da cidade, aliaram-se às grandes empreiteiras. Foi acelerado o que o dossiê chamou de “limpeza social” – ou seja, a valorização de áreas da cidade, com a abertura de empreendimentos lucrativos, como condomínios de alto padrão, por exemplo; revelando, assim, uma política de relocação dos pobres a fim de atender aos interesses imobiliários e novas oportunidades de negócios.

Este artigo revela uma grave falta de acesso à informação e aos planos, pensados pela prefeitura, para a vida desses moradores. Havia pouco, ou nenhum, diálogo entre a prefeitura e as pessoas afetadas pelas remoções. Além disso, a não apresentação de dados oficiais a essas pessoas e a ausência de um debate público mostram que os moradores da Vila União perderam o pouco que conquistaram em suas mobilizações populares: o direito de decidirem juntos os rumos de suas próprias vidas.

Os moradores foram removidos para apartamentos do programa “Minha Casa Minha Vida”, mas essas novas residências não atendiam às necessidades dessas pessoas. Eram apartamentos muito pequenos se comparado com os antigos. Outros moradores trabalhavam em suas moradias, perdendo também seus ambientes de trabalho – a falta de espaço era uma reclamação frequente entre eles. Isso deveria ter sido considerado antes de alocar as novas famílias, mas não foi. Essas pessoas não estavam perdendo só suas residências, elas também estavam sendo privadas de uma rede de afetos e sociabilidade construída durante anos de convivência com vizinhos e familiares.

No fim, percebemos que o dossiê trouxe memórias que tiveram pouca visibilidade nos grandes meios de comunicação. Tais memórias foram silenciadas em um momento em que a cidade estava fazendo a gestão de sua marca a fim de atrair novos megaeventos, marcas e investimentos. As memórias subterrâneas, lembradas por movimentos sociais, difundidas nas ruas e nas redes, foram importantes por contribuírem para as discussões sobre esse momento de transformação da cidade, mas por também confrontarem – com todas as suas limitações e seus desafios – as memórias oficiais da grande mídia.

Recebido em 19/09/2018
Aprovado em 23/11/2018

Referências bibliográficas

BOVEY, P. **Mega-events**: catalysts for more sustainable transport development in Cities. 2009. Disponível em: <http://www.mobility-bovy.ch/>. Acesso em: 10/05/2017.

CONTRERA, M.; MORO, M. Vertigem mediáticas nos megaeventos musicais. **Anais da Compós**. Volume 1. Brasília, 2008.

FORTUNA, V. O. “**Rio do porto maravilha**”, **Rio de sentidos**: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global. 2016. 207 f. Tese (Doutorado em comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FREITAS, R. (2017). Da cidade-espetáculo à cidade-mercadoria: a comunicação urbana e a construção da marca RIO. **Eco-Pós**, v. 12, n. 3, Rio de Janeiro, p. 49-65.

JAGUARIBE, B. (2011). Imaginando a cidade maravilhosa: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Famecos**, v. 18, n. 02, Rio Grande do Sul, p. 327-347.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

ROLNIK, R. **Direito à moradia**. Ipea: Revista Desafio do Desenvolvimento (2009). Disponível em: www.ipea.gov.br/desafios. Acesso em: 18 de setembro de 2018.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SOARES, P. (2013). Megaeventos esportivos e urbano: a Copa do Mundo em 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras. **Revista FSA**, v. 10, n. 4, Teresina, p. 195-214.